

EVELINA HOISEL, ROBERTO FIGUEIRA SANTOS, ARAMIS RIBEIRO COSTA,
EDIVALDO M. BOAVENTURA, CARLOS RIBEIRO, PAULO ORMINDO DE AZEVEDO,
SUZANA ALICE MARCELINO CARDOSO, ALEILTON FONSECA



ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

←—————→
UM SÉCULO DE HISTÓRIA



As moradas das letras baianas

A tentativa de criação de uma entidade capaz de congregar os intelectuais na Bahia tem uma longa história. Ela começa com a criação da Academia Brasílica dos Esquecidos patrocinada pelo vice-rei dom Vasco Fernandes César de Menezes, em 7 de março 1724, com inspiração nativista e a missão de escrever a história da colônia portuguesa na América. Dentre os seus 40 membros, 12 eram sacerdotes. Fizeram parte dela, entre outros, Sebastião da Rocha Pitta, autor de *História da América Portuguesa* e frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, autor de *Novo Orbe Seráfico*. A Academia dos Esquecidos durou apenas 11 meses. Seu nome era uma denúncia do não reconhecimento da cultura na colônia.

Em 10 de maio de 1759, sob patrocínio do vice-rei dom Marcos de Noronha e Brito, sexto Conde dos Arcos, o conselheiro ultramarino na Bahia, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, tenta preencher a lacuna fundando a Academia Brasílica dos Renascidos, que além dos 40 titulares teve 83 membros supranumerários, alguns dos quais não viviam na Bahia. Incentivada pelo Marquês de Pombal ela teria por missão substituir os jesuítas na formação de pessoal na colônia, daí o número elevado de membros. Mas ao cabo de cinco meses seu fundador foi “sepultado vivo” por 17 anos por ordem do vice-rei devido a ter convidado um capitão da Armada Francesa de passagem pelo porto da Bahia, país em luta com Portugal, a integrar o sodalício e por não dar combate efetivo aos jesuítas. Esta poderia ser chamada a Academia dos Reprimidos.

No início do século XIX, Luiz Antônio Mendes funda, em 1810, a Sociedade Brasileira de Letras de vida curta. Essas eram academias com pretensões nacionais, e duas delas fracassaram porque a Bahia já havia perdido sua condição de capital da colônia em 1763. Com menos pretensão, o futuro Barão de Macaúbas cria, em 1845, o Instituto Literário da

Bahia, que promovia saraus e tertúlias, mas não consegue ter continuidade. Em 20 de maio de 1860 é criado o Grêmio Literário, com sede num grande sobrado situado na Rua Direita do Palácio, atual Rua Chile, do qual participou entre outros Castro Alves. O grêmio editava uma revista e sobreviveu por mais de 40 anos.

No primeiro ano do século XX surgem duas novas entidades ligadas às letras: a Tertúlia das Letras, de vida efêmera, e a sociedade e revista Nova Cruzada, constituída por estudantes de 18 a 21 anos. Dela participaram importantes intelectuais, que mais tarde fariam parte da Academia de Letras da Bahia. Sua revista continuou sendo publicada até 1910. Por último, em 1911, Almáchio Diniz, que havia se candidatado no ano anterior à Academia Brasileira de Letras (1897) e perdido, cria a Academia Bahiana de Letras e se proclama “presidente honorário”, mas fracassa. Como se percebe, há uma série de movimentos literários desde 1724, que a partir de 1860, com o Grêmio Literário, se transformam em um contínuo, com instituições que enfrentam dificuldades, e no mesmo ano surge uma nova para não deixar morrer a chama.

192

A CRIAÇÃO DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

A entidade definitiva das letras baianas, a Academia de Letras da Bahia, foi criada em 7 de março de 1917, aniversário da fundação da Academia dos Esquecidos, dois séculos antes, por iniciativa do engenheiro Arlindo Coelho Fragoso (1865-1926) secretário geral do governo de Antônio Ferrão Moniz de Aragão. Foram seus sócios fundadores Rui Barbosa, Severino Vieira, Egas Moniz Barreto de Aragão, Antônio Alexandre Borges dos Reis, entre outros. É só a partir dessa iniciativa que os intelectuais baianos puderam ter algumas de suas reivindicações atendidas.

Salvador acabava de passar por uma traumática reforma urbana comandada pelo governador José Joaquim Seabra (1912-1916), que assume seu primeiro mandato com o bombardeio do palácio/biblioteca de Governo da Bahia, que atingiria também sobrados da Rua Chile e o Teatro São João. Era preciso reparar aqueles danos, mas J. J. Seabra, apoiador da reforma urbana do Rio de Janeiro (1902-1906) como Ministro da Justiça do presidente Rodrigues Alves, tinha projeto mais ambicioso, o de modernizar Salvador.

Havia uma enorme pressão popular e midiática, apoiada inclusive por intelectuais como Xavier Marques, em favor da reforma urbana de Salvador, como demonstrou Fernando Perez (1999, p. 35-62). O modelo a ser seguido era a reforma a “la Haussmann” realizada na capital do país, o Rio de Janeiro, pelo intendente municipal Pereira Passos. Salvador estava construindo um novo porto e se expandindo em direção ao sul. Já havia alguns projetos, como o de engenheiro Theodoro Sampaio e o do engenheiro e empreiteiro Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, de 1910. Ambos enfatizavam a mobilidade, a higiene e a estética urbana.

Foi uma versão desse último projeto que seria aprovada em 28 de agosto de 1912 pelo intendente municipal Júlio Viveiros Brandão. O objetivo principal do plano era a

reforma do distrito da Sé, que não se cumpriu integralmente, e o alargamento da Avenida Sete de Setembro, do Largo do Teatro ao Campo Grande. O projeto incluía também a construção de habitações populares, que não foi realizada. (PINHEIRO, 2002, p. 226-252) Foi de Alencar Lima a primeira proposta de demolir a Igreja da Sé, não endossada por Fragoso.

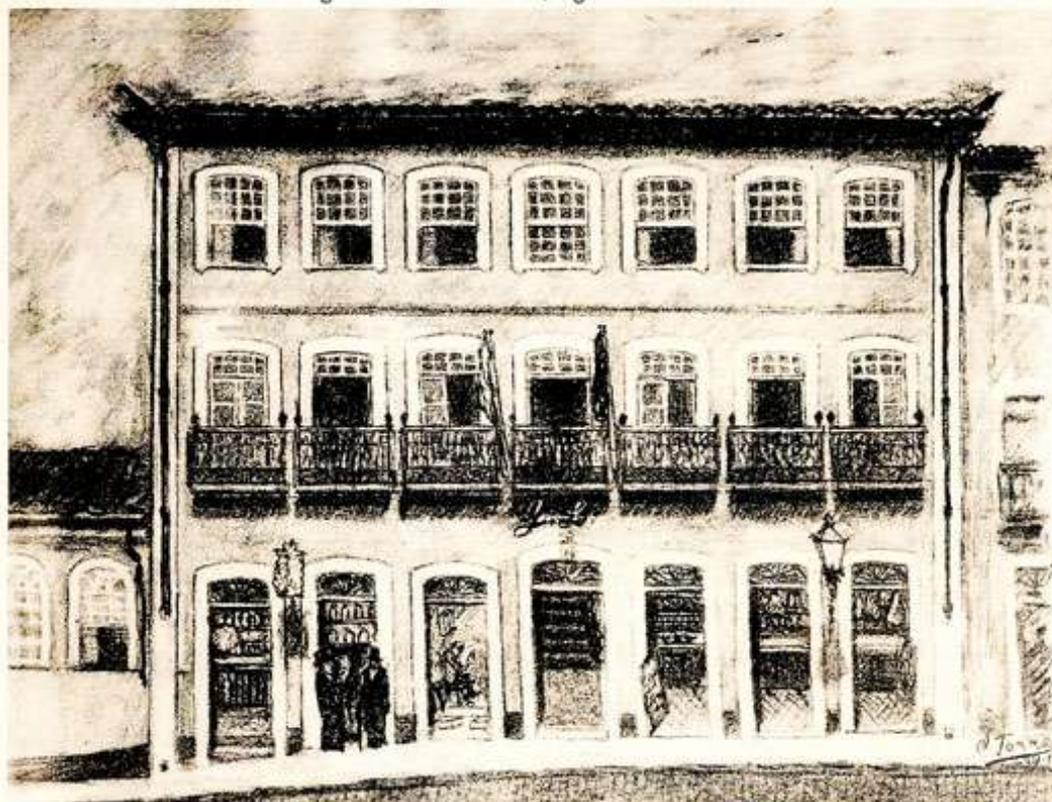
Naquele momento, melhorava a economia baiana. Com o cacau liderando as exportações, aumentava a frota de automóveis e a introdução de bondes maiores, que demandavam maior raio de curva. Salvador havia sido fundada com um plano regular na colina da Sé, mas se desenvolveu sem nenhum plano, seguindo as cumeadas, em especial o antigo Caminho do Conselho, que ligava a Vila do Pereira, no Porto da Barra, à cidade amuralhada. Estrada de largura variável com alguns gargalos, como se pode conferir no mapa de Adolfo Morales de los Rios, de 1894.

A palavra de ordem na época era a modernização, que se traduzia na abertura de avenidas, alargamento de ruas e na nova arquitetura eclética ou *revival*, na sua denominação inglesa. O ecletismo introduziu avanços urbanísticos, como chalés com recuos frontal e lateral e ruas arborizadas; construtivos, como o uso do ferro, do concreto, do vidro em grande escala, da iluminação zenital, dos primeiros elevadores e higiênicos, como sanitários inodoros dentro das casas. (AZEVEDO, 2006, p. 58-67)

No alargamento da Avenida Sete de Setembro foram demolidos alguns monumentos, como as igrejas de Ajuda e São Pedro Velho e, parcialmente, o Senado do Estado, a igreja do Rosário e o convento das Mercês, além de numerosas casas e sobrados. Por pouco o mosteiro de São Bento não foi mutilado. Quem mediou o conflito entre os beneditinos e o prefeito foi Arlindo Fragoso. Viveiros preferia reconstruir igrejas que enfrentar os donos de sobrados do lado oposto e faltou ao empreiteiro Jerônimo Teixeira de Alencar Lima sensibilidade para evitar a demolição de monumentos tão importantes. (AZEVEDO, 2017) Depois do leite derramado, veio a reação, achando que a reforma tinha sido muito radical. Talvez Arlindo Fragoso quisesse demonstrar o seu apreço à cultura levantando a bandeira da criação de uma academia de letras.

Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Arlindo Fragoso foi o fundador do Instituto Politécnico da Bahia e da Escola Politécnica da Bahia e o braço direito dos governadores José Joaquim Seabra e Antônio Ferrão Muniz de Aragão, que governaram a Bahia durante 12 anos. Ele não era apenas um técnico, era um político hábil e intelectual. Foi intendente de Santo Amaro, onde criou a biblioteca pública, fundou e dirigiu a Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas nos governos de Rodrigues Lima e Luiz Viana, foi Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas dos presidentes Afonso Pena e Nilo Peçanha e deputado federal por dois mandatos, de 1918 a 1923 (COSTA, 2015, p. 85-95).

Figura 1 – Grêmio literário, segundo Otávio Torres



194

Fonte: Acervo do Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Figura 2 – Antiga Assembléia Legislativa, antes da Reforma Urbana de 1912



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

Arlindo Fragoso tinha também aspirações literárias, mantendo correspondência com Machado de Assis e amizade com Olavo Bilac, que o chamou de “lírio da Bahia”, e com Pedro Kilkerry (COSTA, 2015, p. 174-75). Assíduo cronista desde jovem do *Jornal de Notícias*, de Aloysio de Carvalho Filho, ele reuniria 250 dessas crônicas bem-humoradas em 1917 num alentado volume de 575 páginas intitulado *O Espírito...dos Outros, crônicas modernas (história, arte e crítica)* 1915. Quando foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, no Rio de Janeiro, foi responsável pela edição do seu boletim, tendo como colaborador Machado de Assis, que o teria contaminado com a ideia da criação de uma academia em sua terra natal. Publicou ainda livros sobre engenharia e economia e foi, supostamente, autor de peças de teatro inéditas (Costa, 2015, 59-83, 110 e 175).

195

A JORNADA DAS LETRAS PELA CIDADE

A Academia de Letras da Bahia perambulou pela cidade durante 34 anos, como hospede de outras instituições, até ter uma sede para ser chamada de sua. Fundada, solenemente, em 7 de maio de 1917, no palacete da Assembleia Legislativa da Bahia, na Ladeira da Praça, esquina com a rua do Saldanha. O edifício ainda existe, mas sua fachada já havia sido cortada e reconstruída em estilo eclético, quando da reforma urbana de 1912. (PINHEIRO, 2002, p. 232)

Figura 3 – Antiga Assembleia onde foi instalada a ALB em 1917



Fonte: Acervo do Arquivo do Museu Temporal.

Naquela oportunidade a sua bela portada do século XVIII foi removida e instalada na Secretaria de Educação e Saúde, antigo palacete do negreiro José Cerqueira Lima, e atual Museu de Arte da Bahia, no Corredor da Vitória. Ali funcionou por dois anos, mas realizando algumas sessões na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), no sobrado que pertenceu a Joaquin Elísio Pereira Marinho, Visconde de Guahy, que foi Ministro da Marinha, no Terreiro de Jesus.

Figura 4 – Antiga sede do IGHB, no Terreiro, antes do incêndio de 1913

196



Fonte: Acervo do Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

O prédio havia sido comprado pelo IGHB em 1898, e em 14 de setembro de 1913 sofreu um incêndio sendo reinaugurado no ano seguinte. Sua fachada sofreu pouco, apenas se retirou um brasão na platibanda com o dístico *Urbi et Orbi*, e se trocou o balcão central por um de alvenaria para marcar melhor a entrada. Em 1922, ele foi permutado pela sede do Tribunal Superior de Justiça, que funcionava na parte do Senado Estadual não cortada pela nova Avenida Sete de Setembro. No seu quintal e recreio da antiga escola que ali funcionou foi construída a nova sede do IGHB. Com a permuta, na antiga sede do Terreiro foi instalada a Corte de Apelação.

Depois de dois anos na Assembleia Legislativa, a Academia foi transferida para a nova Biblioteca Pública do Estado, construída por Arlindo Fragoso, em 1919, no Governo de Antônio Moniz de Aragão, no local do antigo Recolhimento da Misericórdia, na Praça Municipal.

Figura 5 – Antiga Biblioteca Pública do Estado (à direita)



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal.

Ali permaneceu até o final da década de 1930, embora algumas reuniões fossem feitas na nova sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Piedade, segundo o testemunho de Cid Teixeira. Mas a Academia não podia permanecer itinerante, sem uma sede própria. Por pressão de J. J. Seabra, o interventor Landulfo Alves doou, em 1941, a casa que pertenceu ao Visconde de Guahy no Terreiro de Jesus. Doação virtual, porque ela continuava ocupada pela Corte de Apelação.

O então presidente da Academia, João Américo Garcez Fróes (1943-1944), através de seu filho Heitor Prager Fróes, então Secretário de Educação e Saúde do Estado, conseguiu do interventor, João Vicente Bulcão Viana, alugar uma casa para instalação provisória da Academia, enquanto aguardava a desocupação do imóvel próprio. A casa alugada, que ainda existe, fica na Avenida Sete de Setembro, nº 283, atual 1370, junto ao Passeio Público e ao viaduto do Forte de São Pedro. A sede própria da academia só seria desocupada em 1950, no Governo de Octávio Mangabeira, quando o Tribunal de Justiça e Corte de Apelação foram transferidos para o recém-inaugurado Fórum Rui Barbosa.

Figura 6 – Nova sede do IGHB, na Piedade

198



Fonte: Acervo do Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

A sede do Terreiro, onde a Academia funcionou durante 33 anos, e continua a lhe pertencer, é um sobrado de esquina com a Rua da Oração, do século XIX, com um tratamento eclético do tipo classicizante. Possui dois pavimentos, mais um sótão. O sobrado ocupa totalmente o lote de 390,50 m² e é iluminado pelas duas fachadas e um pequeno poço de aeração. A área construída, excluído o sótão, é de 747 m².

Figura 7 – Sede provisória da ALB, na Av. Sete de Setembro, junto ao Passeio Público



199

Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

Só a partir da ocupação desse prédio, em 1950, a Academia de Letras da Bahia passa a contar com biblioteca e arquivo. Mas o velho sobrado com o telhado devorado pelos cupins deixava passar muita água e as maiores solenidades eram feitas no auditório da vizinha Faculdade de Medicina. Por outro lado, o Centro Histórico, depois da transferência da administração estadual para o Centro Administrativo da Bahia, não oferecia mais segurança para as reuniões do sodalício, que eram à noite.

Em 1981, o presidente Cláudio Veiga e uma comissão de acadêmicos foram ao governador Antônio Carlos Magalhães expor a situação. O governador se comprometeu a estudar

o caso e dar uma solução em 60 dias. Em resposta, ele ofereceu à academia duas alternativas: o Solar Pedro Sá, no Campo Grande, onde funciona o Tribunal de Contas do Estado, e o Solar Góes Calmon, no Caquende, onde estava instalado o Museu de Arte da Bahia. (BOAVENTURA, 2004, p. 63-67) Para a escolha do Solar Góes Calmon pesou não só suas características construtivas e importância histórica, como a sua localização próxima a outras instituições culturais.

A ANCORAGEM NO CAQUENDE

200

O bairro de Nazaré, aquele espigão entre os vales do Rio das Tripas e do Dique do Terroró, é um dos mais ricos de cultura de Salvador. Nasceu à sombra dos conventos da Lapa, Palma, Desterro e Casa da Providência e das igrejas do Santíssimo Sacramento de Sant' Ana, Saúde e Glória, Nossa Senhora de Nazaré e Nossa Senhora Auxiliadora. Local também de importantes monumentos civis, como a Casa do Barão do Rio Real, solares Paraíso e do Gravatá, com sua fonte vizinha e a Pupileira (IPAC-SIC, 1974). Em meados do século passado, o bairro passou a abrigar muitas instituições de ensino, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, colégios Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora Auxiliadora, da Prof.^a Anfrisia Santiago, e as escolas Santa Clara do Desterro, Sagrado Coração de Jesus, Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia, e colégios estaduais Severino Vieira e Eduardo Bizarria Mamede, além da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato. O bairro possui ainda importantes centros de formação médica, nos hospitais Santa Isabel, Manuel Vitorino, Santa Luzia e Maternidade Climério de Oliveira.

Enviada a moção à Assembleia Legislativa, a doação foi sancionada pelo governador em 26 de outubro de 1981. Após obras de restauração e adaptação, a nova sede da Academia de Letras da Bahia foi inaugurada em 7 de março de 1983, na Avenida Joana Angélica, nº 198, no trecho originalmente conhecido como Caquende, nome de origem africana que significa água límpida. A vila de Cachoeira foi fundada no século XVII entre os riachos Caquende e Pitanga, afluentes do Paraguaçu. Em Ouro Preto existe um antigo córrego de mineração e uma ponte com este nome. Naquele local, em Nazaré, devia haver um olho d'água, cuja água límpida ia engrossar o Rio das Tripas, atual Baixa dos Sapateiros.

A fonte secou com a urbanização, mas a área conservou em sua toponímia a memória de sua origem bucólica. A quadra em que se encontra o palacete Góes Calmon está delimitada pela Avenida Joana Angélica, pela ladeira da Poeira e a rua da Jaqueira. No fundo, passa a rua do Jenipapeiro, que desce até a Baixa dos Sapateiros. Mais adiante, fica o Jogo do Carneiro, que vai dar no Largo da Saúde. Do lado oposto da avenida Joana Angélica fica a rua Cova da Onça e a ladeira do Limoeiro, essa na praça de Nazaré, que desce para o Sangradouro. Bandeira tinha razão, como eram lindos os nomes das ruas de antigamente.

O PALACETE GÓES-CALMON

A casa tem uma longa história de proprietários, usos, ampliações e reformas. Seu mais antigo proprietário conhecido é Inocêncio Marques de Araújo Góes Junior (1839 - 1897), advogado e político. Por ocasião do casamento, em 1897, do seu sobrinho e filho de criação, Francisco Marques de Góes Calmon, com Maria Julieta de Maia, ele a doou aos noivos. Sobre a história social desse edifício, o confrade Edivaldo Boaventura esgotou o assunto com precisão e graça, no seu livro *O Solar Góes Calmon*, de 2004, me poupando desta tarefa. O novo proprietário se tornaria um eminente advogado, político, banqueiro, colecionador e historiador, que chegou a ser governador da Bahia entre 1924 e 1928. Com enorme prole e crescente projeção social e política ele resolve, 21 anos após seu casamento, ampliar a casa com mais um pavimento,

201

A obra foi contratada a Pedro Velloso Gordilho, (1873 -1954) e durou de 1918 a 1919. Pedro Velloso Gordilho se formou em bacharel, em 1895, na Faculdade Livre de Direito da Bahia, mas tendo que administrar um grande patrimônio imobiliário herdado por sua esposa e prima, Maria Margarida Gordilho, filha única do Barão de Itapoan, Adriano Alves de Lima Gordilho, se transformaria em um empresário da construção civil. (GORDILHO, 1993, p. 82-86).

Como ele não era nem arquiteto nem engenheiro, se fez assessorar com os melhores projetistas que atuavam em Salvador. Em pesquisa no Arquivo Histórico Municipal encontrei o projeto original do Palacete Góes Calmon firmado pelo engenheiro italiano Júlio Conti, que foi o autor do primeiro projeto de reconstrução do Palácio Rio Branco, após o bombardeio de 1912, da nova Igreja da Ajuda (1913-1923) demolida em função da reforma urbana de 1912 e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, inaugurado em 1923.

O projeto de Conti foi seguido à risca pelo construtor. É um palacete para um homem público, com uma suíte logo na entrada, onde podia receber políticos e eventualmente hospedar correligionários do interior, sem interferir em sua vida privada. Ficava a suíte no porão-alto do palacete com vestíbulo, escritório, biblioteca, sala, quarto e banheiro, independente da residência, mas ligada a ela por uma escada interna totalizando 160 m . O térreo, com acesso lateral, é precedido de escadaria e pórtico de entrada. Um hall central faz a distribuição das funções e se articulava com o pavimento superior, de função íntima. Possui o térreo um salão nobre com balcão para o jardim frontal e sala de música anexa, quatro salas menores e salão de jantar, com “fumoir” anexo, ambos abertos para o terraço posterior. Mas a copa, a cozinha e o “quartinho”, como na tradição colonial, ficavam fora do corpo da casa, onde hoje funciona a administração da academia.

Figura 8 – Antiga sede da ALB no Terreiro

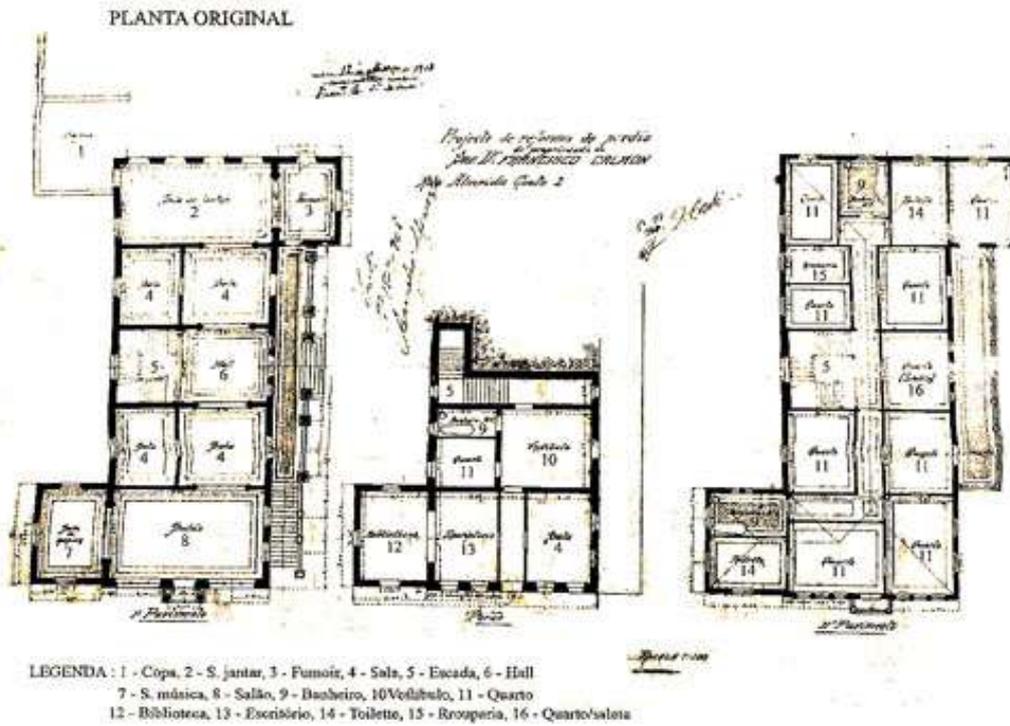
202



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

O andar superior já refletia os valores burgueses da individualidade. Três, dos nove quartos, eram suítes com dois amplos *toilettes*. Além do *toucador*, eles provavelmente serviam para a dormida das mucamas, que cuidavam das crianças. A suíte do casal se abria por um *balcão* para o jardim frontal e controlava a entrada e saídas dos moradores e visitas. O pavimento, medindo 350 m², possuía ainda uma rouparia e varanda lateral para onde se abriam três quartos. Construtivamente, tinha muros externos mais delgados que os do pavimento inferior e divisórias em paredes francesas. Durante essa reforma, a velha casa colonial seria reestilizada à maneira mourisca, com *ventanas triforas* com arcos em ferradura, na fachada principal, e *colunata dupla lateral* com capitéis egípcios palmiformes.

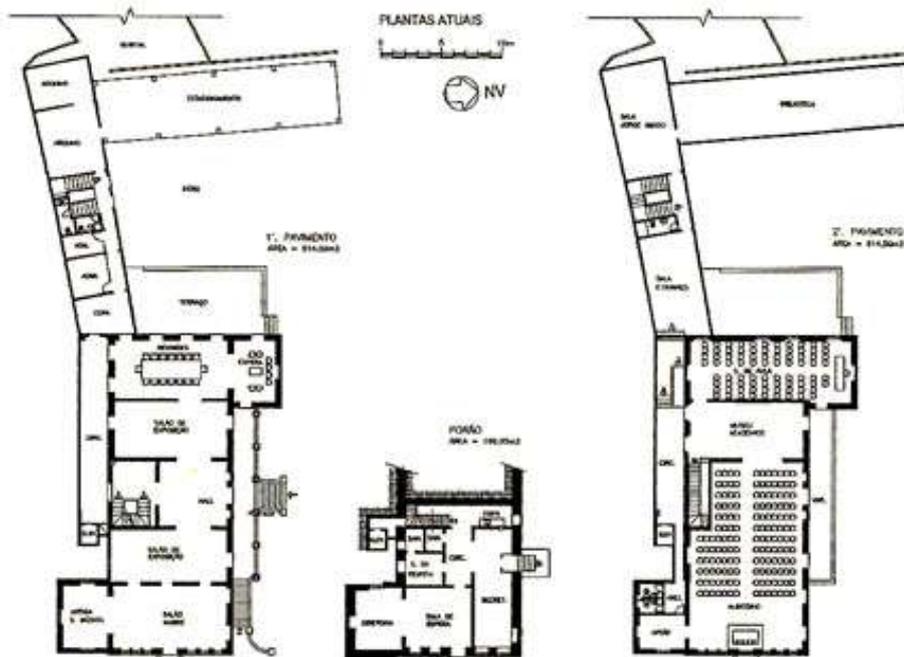
Figura 9 – Planta Original do Palacete Goes Calmon.



203

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Figura 10 – Planta atual do Palacete Goes Calmon



Fonte: Arq. Paulo Ormindo Azevedo.

Góes Calmon, um colecionador, incorporaria já na reforma do edifício peças originárias de igrejas e residências coloniais. A maioria desses elementos integrados estão no porão, onde Góes Calmon tinha seu gabinete e biblioteca. São painéis de azulejos figurados do século XVIII, um dos quais datado de 1733, que não se conhece a origem, mas poderiam ser do antigo colégio jesuítico, como sugeriu Santos Simões. Há também um painel doado pelo Sr. Jaques Pedreira originário da igreja de São Gonçalo de Amarantes, do município homônimo, introduzido durante a reforma do final da década de 1960, e azulejos de motivos isolados de origem holandesa. (ROCHA, 1993) Colunas salomônicas de madeira ornaram a arcada que separa o escritório da biblioteca.

201

Figura 11 – Antigo escritório de Goes Calmon



Fonte: Acervo do autor.

No portal do andar térreo existem painéis de azulejos provenientes do convento do Carmo, segundo José Valadares e Santos Simões. Dois deles foram transladados para o pavimento superior durante a reforma da década de 1960, por sugestão do diretor do Museu de Arte da Bahia, que funcionava no prédio, Carlos Eduardo da Rocha. No seu hall há dois cancelos de comunhão do século XVII com balaústres torcidos de jacarandá e dois vitrais *art nouveau*, estes provavelmente incorporados mais tarde.

Figura 12 – Detalhe do painel de azulejos de 1733



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

205

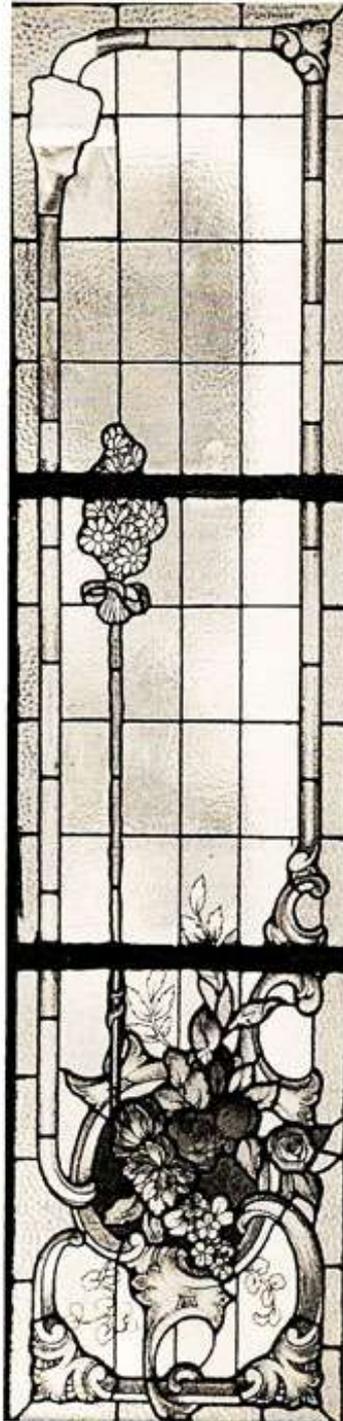
Colunas salomônicas em gesso, cópias das existentes no porão-alto, ornaram a arcada que separa o salão nobre da antiga sala de música. Completa a decoração do andar térreo a pintura de teto do salão nobre realizada por Presciliano Silva.

Despir um santo para vestir outro é estranho para um homem que como governador criou, pioneiramente, no Brasil, uma inspetoria de monumentos. Mas esta era também a atitude de outro defensor do patrimônio, o médico e jornalista José Mariano Filho. Antigo diretor da Associação Nacional de Belas Artes (1924) e posteriormente da Escola Nacional de Belas Artes, ele construiu na Chácara da Bica, vizinha ao Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, o famoso Solar Monjope, uma *collage* de peças de arte subtraídas de monumentos coloniais do Nordeste, muitas das quais trazidas do convento franciscano de Santo Antônio do Iguape, no Recôncavo baiano.

O JARDIM E O QUINTAL

O palacete Góes Calmon está envolvido por três grandes mangueiras, árvores diversas e palmeiras. Seu jardim tem uma frente de 29 m para a Avenida Joana Angélica e 27 m para a rua da Poeira, num total de 2.204,00 m². O palacete está recuado 13,5 m da rua. Uma rampa pavimentada de mosaico português conduz à entrada principal, que está a cerca de 4,00 m. sobre o nível da rua, e ao pátio posterior.

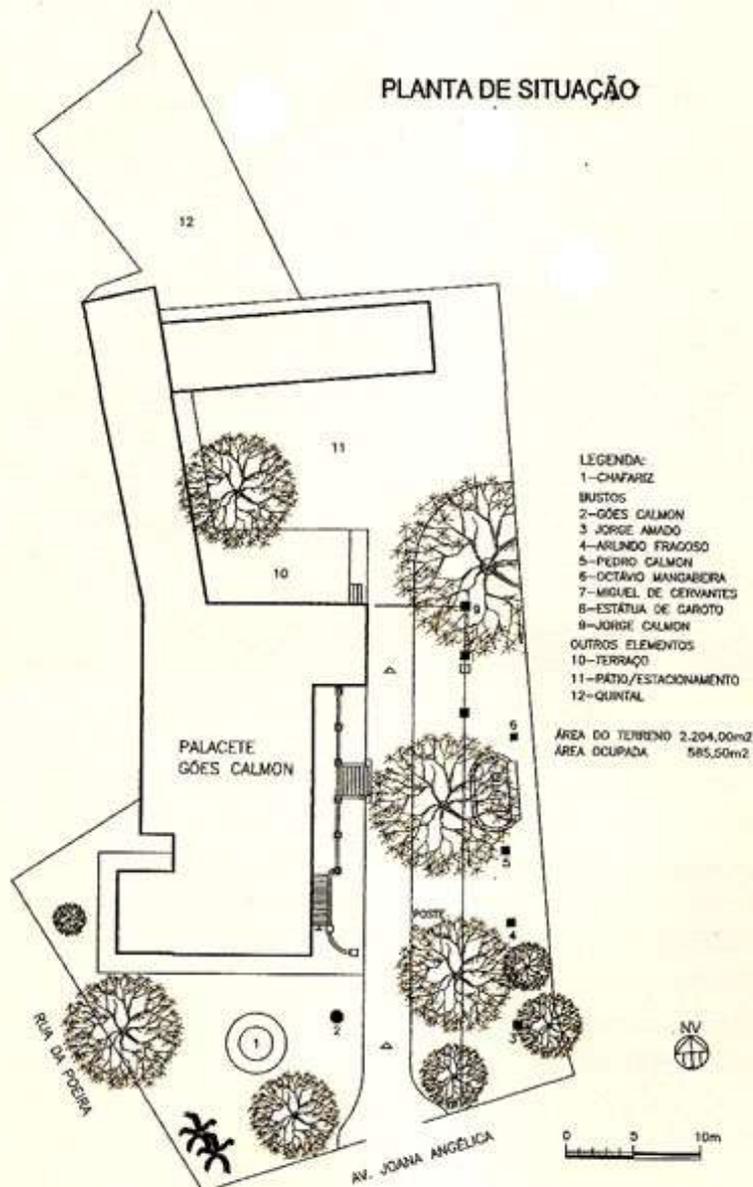
Figura 13 – Vitral do andar térreo



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

À margem da rampa de acesso, o antigo proprietário criou uma fonte com um frontão barroco de alguma capela, como indicam seu nicho e buzino de ferro fundido. Embora datado de 1817, o frontão é mais antigo. Não foi possível identificar sua origem.

Figura 14 – Planta de Situação da ALB



Fonte: Arq. Paulo Ormino de Azevedo.

Seguramente não é de nenhuma igreja demolida de Salvador, como São Gonçalo, no Rio Vermelho, Ajuda e São Pedro Velho. Poderia ser, eventualmente, de alguma capela interna do convento de Santo Antônio do Iguape, em Cachoeira, que foi abandonado pelos franciscanos, no final do século XIX, e seu acervo vendido em antiquários. Góes Calmon instalou também no jardim uma versão pudica em ferro fundido do Manneken Pis, de Bruxelas. Ao invés do *manneken* fazer “pipi”, ele tem uma concha sobre a cabeça que devia derrear água, mas nunca funcionou.

Figura 15 – Fonte do Jardim



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

208

Ao longo da mesma rampa, após a integração à Academia de Letras da Bahia, foram colocados pedestais com bustos de Jorge Amado, Arlindo Fragoso, Pedro Calmon, Octávio Mangabeira e Jorge Calmon. A última escultura a ser instalada no jardim foi um bronze de tamanho natural do antigo proprietário, o governador Góes Calmon, em 2011. Na entrada do palacete, ele dá boas-vindas aos visitantes. Esta estátua, de autoria de Pasquale de Chirico, originária de 1936, e seu pedestal, estavam desmontados no Núcleo Educacional Góes Calmon, nos Barris, e foram incorporados à Academia por gestão do presidente Edivaldo Boaventura.

Anteriormente, já havia sido incorporada à galeria de estatuas do jardim o busto de Miguel de Cervantes, doado pela colônia espanhola à Bahia, no quarto centenário de seu nascimento, em 1947, que se encontrava desambientado num pequeno jardim em frente à Academia.

Além do jardim frontal, o palacete possuía um vasto quintal. Nele existia um dos primeiros campos de futebol privados da cidade, usado inclusive pelas filhas do casal Góes Calmon. (BOAVENTURA, 2004, p. 32-33) Participavam, provavelmente, dos campeonatos, membros das famílias Prisco Paraiso e Berbert de Castro, vizinhos da Rua da Jaqueira, e outros amigos da família. O quintal fez parte da compra realizada pelo Estado em 1943, mas na década de 1960 ele foi desmembrado do palacete para a construção da Escola Estadual Eduardo Bizarria Mamede. Na pequena fração do quintal que restou no fundo do palacete, conservam-se um quarto de empregados, um “quartinho” e uma cisterna superposta por caramanchão de ferro.

Figura 16 – Réplica do Manneken Pis de Bruxelas



Fonte: Acervo do autor.

209

AS CONVERSÕES DE USOS E REFORMAS

Após a morte do proprietário, em 1932, o palacete permaneceu com poucos moradores: a viúva, seus dois últimos filhos e eventuais criados. A família queria vender o palacete integral, com seu acervo e quintal. Depois de longas negociações, o imóvel foi adquirido pelo Estado em 1943 para instalação da Pinacoteca e Museu do Estado, inaugurados em 2 de julho de 1946, na mesma data da instalação da Universidade Federal da Bahia, com a presença do Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, que havia referendado o decreto de criação da nova universidade.

Nessa oportunidade, a antiga residência deve ter sofrido uma pequena reforma para adaptá-lo ao novo uso, com eliminação de algumas divisórias no primeiro andar, para a transformação de quartos, toaletes e banheiros em salões de exposição de quadros e coleções etnográficas. Essas obras foram orientadas pelo seu diretor, museólogo e crítico de arte José Valadares e pelo engenheiro e professor Elísio de Carvalho Lisboa, que havia intermediado a compra do imóvel, então prefeito da capital.

Sem manutenção adequada, o edifício começou a se arruinar no início da década de 1960, e foi preciso transferir seu acervo para o Museu de Arte Sacra e Pousada do Carmo. Uma terceira reforma foi feita após a posse do Governador Luiz Viana Filho, em 1967.

Devido à delicadeza do trabalho, a obra foi contratada por administração com o engenheiro Adherbal Menezes. (BOAVENTURA, 2004, p. 51-56) Essas obras consistiram na feitura de um novo telhado, substituição de assoalhos e forros de madeira por lajes de concreto e divisórias de estuque do primeiro andar por alvenarias de blocos cerâmicos e feitas novas instalações elétricas e hidráulicas. Nessa oportunidade foram criados corredores de serviço nos dois andares do edifício, junto aos vizinhos da rua da Poeira. É provável que seja dessa época a entrada lateral para o porão-alto.

As atuais sancas de gesso foram redesenhadas, com base em fotografias antigas, pelo pintor e professor Newton Silva, que foi também o engenheiro fiscal das obras pelo Departamento de Edificações Públicas do Estado¹. Após dois anos de trabalho, o museu foi reinaugurado em 6 de novembro de 1970, rebatizado como Museu de Arte da Bahia. (BOAVENTURA, 2004, p. 51-56)

Figura 17 – Estátua de Goes Calmon na entrada da ALB, de autoria de Pasquale de Chirito



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

1 O arquiteto Themístocles de Menezes Neto, filho do construtor e meu ex-aluno, guardava um álbum com 10 croquis do pintor Newton Silva com perspectivas dos novos espaços museográficos e um dossiê com fotos tomadas durante as obras, que foram de seu pai. Sugerí, e ele gentilmente acatou, a doação dessa documentação a esta academia.

Para a sua transformação em sede da Academia de Letras da Bahia foram feitas obras de conservação, mas faltava espaço para a administração e biblioteca da instituição. Por diligência do acadêmico Jorge Calmon, redator chefe do jornal *A Tarde*, as construtoras Suarez e OAS, que realizavam grandes obras para o estado, patrocinaram a construção de um anexo com salas para administração, biblioteca e estacionamento coberto no fundo do prédio. Obras realizadas em 1990 pela Construtora Akio.

Mesmo assim, a Academia se ressentia de um auditório maior refrigerado e elevador capaz de ligar os três níveis do prédio. Essas obras foram projetadas por este acadêmico, em 1997. Com essas mudanças de usos, o ordenamento espacial do primeiro andar do prédio foi totalmente modificado. O pavimento térreo não sofreu nenhuma alteração.

211

O CONSTRUTOR E O PROJETISTA DO PALACETE

Pedro Velloso Gordilho foi um grande empreendedor imobiliário. Incorporou um edifício de escritórios na Rua Chile, de três pavimentos, onde funcionou o Tribunal de Contas do Estado, demolido para construção do edifício Comendador Bernardo Martins Catharino. Como mordomo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia construiu enfermarias no Hospital Santa Isabel e reformou muitas casas daquela instituição. Para privados construiu, além do Palacete Góes Calmon, o palacete do senhor Tenório Albuquerque, no Corredor da Vitória, e numerosos chalés em bairros de expansão da cidade, como Barra, Barris e Canela.²

Como grande proprietário urbano ele fundou, pioneiramente, em 1933, a Associação de Proprietários de Imóveis da Bahia. Ele era proprietário da Serraria Palmeiras, situada numa enorme gleba herdada do sogro no fundo do Colégio Central, gleba que seria depois loteada e transformada no Boulevard Pedro Velloso Gordilho (1993, p. 83-86). Suas obras primavam pela qualidade da carpintaria, com portas e janelas que se dobravam e recolhiam nos caixões das mesmas e lambris decorativos como o do salão de jantar do palacete Góes Calmon. Pedro Velloso Gordilho teve 13 filhos, três dos quais engenheiros, sendo um deles engenheiro e arquiteto, o professor Walter Velloso Gordilho, mas sempre trabalhou com projetistas italianos. Outro filho importante foi o advogado Osvaldo Velloso Gordilho, que foi prefeito de Salvador entre 1951 e 1954, escritor e biógrafo da família (1993).

O ecletismo no Brasil foi difundido pelos arquitetos, engenheiros e escultores italianos ou *oriundi*. Na Bahia, os principais projetistas do *revival* foram os arquitetos José Nivaldo Allioni, introdutor do ecletismo em Salvador no final do século XIX, Rossi Baptista, autor do projeto do Palacete Martins Catharino, atual Palacete das Artes (AZEVEDO, 2006, p. 58-81), e os engenheiros Júlio Conti, já citado, e Filipe Santoro, projetista oficial das administrações J. J. Seabra e Antônio Moniz de Aragão. Outros arquitetos e engenheiros italianos que atuaram na Bahia, naquela época, foram Alberto Borelli, autor do projeto do Gabinete Português de Leitura, Antônio Virzi, autor do projeto de um teatro no alto da ladeira de São Bento (1914)

2 DEPOIMENTO de Maria Alice Gordilho Pessoa e Ângela Gordilho netas de Pedro Velloso Gordilho, em abril de 2017.

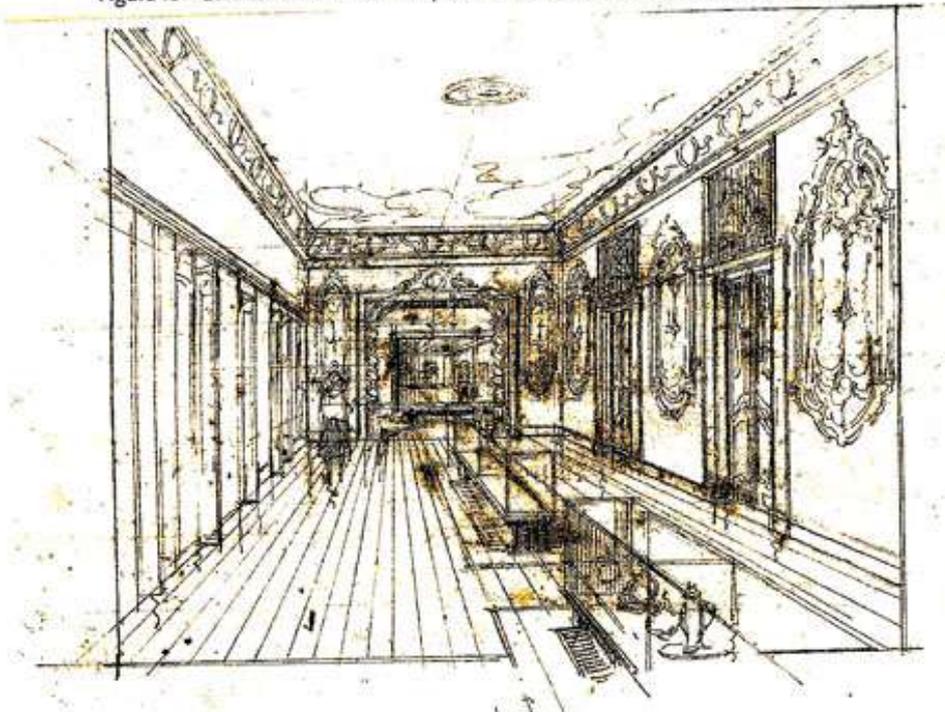
e Michelle Caselli, autor do projeto original da nova igreja de São Pedro. Esses dois últimos projetos não chegaram a ser construídos. (ANDRADE JÚNIOR, 2007)

A estes arquitetos e engenheiros podemos acrescentar o nome do escultor Pasquale De Chirico (1873-1743), que realizou grandes conjuntos escultóricos para alguns edifícios ecléticos, como o auditório Alfredo Brito da Faculdade de Medicina, no Terreio de Jesus, a convite de Theodoro Sampaio. Ele realizou também grandes monumentos comemorativos, como os em homenagem a Castro Alves, na praça homônima, ao Visconde de Cayru, em frente ao Mercado Modelo e ao barão de Rio Branco, no Relógio de São Pedro. São cerca de 44 estátuas deste autor, na Bahia, São Paulo e na Itália, inventariados. (SÁ, 2017)

212

Como vimos, Pedro Velloso Gordilho construiu também o palacete do casal Tenório e Adelaide Albuquerque, no Corredor da Vitória, atual nº 2.445, a casa da grande mangueira. Contava minha avó materna que quando do alargamento daquela via quiseram derrubar a mangueira porque ela ocupava todo o passeio, mas a reação popular foi tão forte que o prefeito Júlio Viveiros Brandão desistiu. No solar funcionou o aristocrático Clube Euterpe e foi comprado na década de 1930 pelo casal Armando Joaquin de Carvalho e Amélia Ballalai Duarte de Carvalho, que fizeram uma grande reforma, com a criação de uma entrada lateral diretamente ao hall da escada, instalação de um sanitário no pavimento superior, substituição de alguns pisos originais por mármore e *parquet* e colocação de vidros bisotados e coloridos nas esquadrias³

Figura 18 – Estudo de Newton Silva para a instalação do Museu do Estado da Bahia



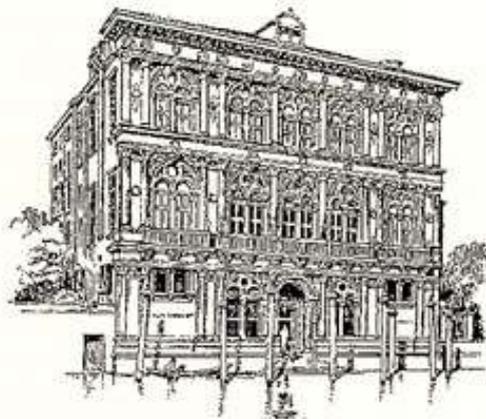
Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

3 Depoimento de Solange Sintra Monteiro ao arquiteto Francisco Senna, em 2016.

Aquele é um projeto claramente de inspiração italiana e dos mais eruditos. Godofredo Filho já havia apontado a semelhança de suas janelas em biforas inscritas em um arco maior com um óculo culminando a composição, como as dos palácios renascentistas Strozzi, e Rucelli. (GODOFREDO FILHO, 1984, p. 18) Ela poderia acrescentar a esses exemplos as janelas do pátio interno do palácio Quartezi, também em Florença. Mas as proporções desses palácios e de suas janelas são outras. Ouso dizer que esse solar é uma réplica em dois pavimentos do palácio renascentista Cà Vendramin Calerghi, localizado no Canal Grande de Veneza, de autoria do arquiteto Mauro Codussi. (FLETCHER, 1948, p. 652) Palácio que ficou famoso porque nele morreu o compositor Richard Wagner. Sua fachada tem a mesma modulação em cinco tramos do palácio veneziano e janelas e cornija com a mesma proporção.

213

Figura 19 – Ca Vendranin Calerghi, em Veneza, segundo Fletcher, 1948



Fonte: Acervo do Arquivo da Academia de Letras da Bahia.

Figura 20 – Antigo Solar Tenório Albuquerque na Vitória.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Pelo fato de Julio Conti ter trabalhado em parceria com o construtor Pedro Velloso Gordilho no palacete Góes Calmon, posso supor que esse projeto é dele. Conti é, sem dúvida, o mais coerente, conciso e erudito dos três projetistas italianos no espírito do *revival*, como se pode constatar no projeto original do Palácio Rio Branco, no palacete Góes Calmon e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. No solar da Vitória trabalhou também o pintor italiano Orestes Sercelli, que pintou tetos e painéis, como fez nas residências do comendador Pedreira, José Sá e Austriciano de Carvalho. (GODOFREDO FILHO, 1994, p. 26)

Na década de 1960, o solar foi vendido para o casal Alexandre Cunha Guedes e Maria Mathilde Soares Cunha Guedes. Esses apenas trocaram a grande da frente por outra desenhada pelo arquiteto Francisco Bolívar. Recentemente, a residência foi transformada no Cerimonial Cunha Guedes. (SOLAR CUNHA GUEDES, 2017) Uma grande área coberta foi incorporada ao fundo, ao nível do porão, para atender a essa nova função.

214

Apesar de ser um movimento romântico internacional e de incorporação de novas tecnologias construtivas, no Brasil representava as aspirações europeizantes de uma burguesia nascente e o saudosismo de comerciantes estrangeiros aqui estabelecidos, o *revival* sofreu a mais preconceituosa campanha dos modernistas, que alegavam não ter o estilo raízes nacionais, desprezando sua importância histórica.

Os edifícios ecléticos eram classificados como “bolos de noiva”, devido ao excesso de *glace* e confeitos decorativos. Até um arquiteto de enorme sensibilidade, Lúcio Costa, como diretor do IPHAN permitiu a demolição do belíssimo conjunto eclético da Avenida Rio Branco e seu fecho, o Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal no Rio de Janeiro. O mesmo se passou no Corredor da Vitória, no longo período em que prevaleceu no IPHAN nacional esta orientação, não obstante seu representante local fosse o maior conhecedor do ecletismo na Bahia, o professor Godofredo Filho.

ARLINDO FRAGOSO E A MODERNIZAÇÃO DE SALVADOR

A modernização das cidades brasileiras estava associada à adoção de um novo padrão habitacional mais ligado à natureza e ao passado colonial, com casas em meio a jardins e quintais com árvores frondosas, as viletas e chalés ecléticos. Elas já começavam a aparecer em vários pontos da cidade, em especial no Corredor da Vitória e na Graça, onde o parcelamento urbano era mais generoso e muitos lotes conservavam remanescentes da mata atlântica.

Os edifícios que haviam sido destruídos pelo bombardeio de 1912, ou seja, o velho Palácio de Governo, sua biblioteca e os sobrados da Rua Chile deviam ser reconstruídos com urgência. Para esta tarefa, Arlindo Fragoso mandou buscar em São Paulo e no Rio de Janeiro arquitetos, engenheiros, mestres de obras, escultores e pintores italianos. Para a reconstrução do Palácio de Governo, ele convidou o engenheiro italiano Júlio Conti, que manteve a caixa primitiva e deu tratamento eclético mais atual. Fragoso, aparentemente, não gostou do projeto, especialmente de seu interior, e fez alterações em sua fachada.

Outro edifício que deveria ser reformado e ampliado era o antigo Mercado Modelo, recém-construído pela concessionária do porto, uma estrutura de ferro fechada com chapas de zinco, que enfrentou forte rejeição popular. Aberta licitação para a sua reforma, só uma equipe se habilitou, os engenheiros Filinto Santoro e Portela Passos, que acabaram realizando a obra. A solução era criar um anel de 55 lojas abertas para o exterior com torreões nas esquinas e tratamento eclético envolvendo a estrutura metálica. O projeto original era mais ambicioso, previa um pavilhão anexo para “sentinas” e um hangar para a feira livre, mas que não chegaram a ser construídos. (ANDRADE JÚNIOR, 2007)

Diante do sucesso da reforma do antigo Mercado Modelo, Fragoso convidou Filinto Santoro, em 1916, para desenvolver a arquitetura interna do palácio Rio Branco. Este introduz a cúpula e os terraços escalonados laterais ganhando a confiança do Secretário Geral das administrações J. J. Seabra e Antônio Moniz de Aragão. O Palácio Rio Branco que conhecemos é resultante das intervenções de Conti, do próprio Arlindo Fragoso e de Santoro, que introduziu uma cúpula desproporcional e saturou sua fachada com águias esvoaçantes, grinaldas e festões, numa adaptação pouco feliz de seu projeto para o Palácio Municipal de Belém, não construído.

Sua trajetória profissional no país está bem documentada na publicação *L'Opera dell'Ingegnere Filinto Santoro al Brasile*, da Associação Nacional de Engenheiros e Arquitetos Italianos, Seção de Nápoles, 1923, que Nivaldo Vieira Andrade Jr analisa com grande acuidade (2007). Santoro já havia feito grandes obras públicas no Rio de Janeiro, onde chegou em 1889 e projetou a sua nova estação ferroviária. Transferiu-se para o Espírito Santo e foi nomeado Diretor Geral das Obras Públicas e Empreendimentos Gerais, projetando e dirigindo obras de infraestrutura urbana e territorial e edifícios públicos.

Em 1900, no auge do ciclo da borracha, ele tenta a vida em Manaus, onde projetou e iniciou a construção do Palácio de Governo, obra nunca concluída; ampliou em alvenaria eclética o Mercado Municipal, uma estrutura pré-fabricada de ferro fundido de 1883 e reformou a igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Andrade Jr., 2007). De Manaus vai para Belém do Pará, em 1903, e ali viveu praticamente 11 anos como cônsul da Itália, projetista e construtor. Projetou para o poder público o Mercado São Brás, um museu e o Palácio Municipal (1906), os dois últimos não executados. Construiu três palacetes para lideranças políticas locais, um colégio, a sede de um jornal e um “bairro aristocrático” com 46 casas burguesas. (ANDRADE JÚNIOR, 2007)

Como se vê, Arlindo Fragoso foi buscar um profissional experimentado para ser o arquiteto oficial da reforma urbana de Salvador. Nessa condição ele realiza o projeto do quartel do Corpo de Bombeiros (1918), a transformação de duas residências no Palácio da Aclamação (1918), e o projeto da reforma do Teatro São João (1920), que não chegou a ser realizado. Para um grupo privado, do qual era presidente, ele realiza o projeto do Kursaal-Baiano, um cine-teatro para 1.200 espectadores, inaugurado em dezembro de 1919. Para valorizar esse empreendimento, ele constrói a balaustrada da Praça Castro Alves com um obelisco balizando a paisagem da baía. O Kursaal-Baiano

foi rebatizado de Cine-Teatro Guarani em 1920, e Glauber Rocha em 1986. (ANDRA-DE JÚNIOR, 2007)

Mas o seu mais importante projeto foi a Avenida Oceânica, que ligava o Farol da Barra ao Rio Vermelho. Em frente ao Farol ele criou um imenso totem, assinalando o início da avenida, que se continuava com balaustradas pré-fabricadas de concreto. Começada no governo Muniz Aragão, a obra enfrentou problemas no trecho da Paciência devido à arrebentação das ondas e só foi concluída em 1922, no segundo governo de J.J. Seabra. Para marcar sua presença, ele plantou no local quatro obeliscos, semelhantes ao da Praça Castro Alves, que ainda se conservam.

216

Arlindo Fragoso tem sido apresentado, injustamente, como um representante do “urbanismo demolidor”, que destruiu monumentos e não trouxe nenhuma contribuição à cidade. Fragoso foi mais um planejador urbano que um *urban designer*. A Avenida Sete de Setembro foi projeto urbanístico de Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, como a Avenida Oceânica, de Felipe Santoro. Por sobre estes dois riscadores, que cometeram deslizos em alguns projetos, estava o gestor urbano que fez a primeira grande reforma de Salvador, que anteviu a expansão da cidade para a orla atlântica, que integrou o novo porto ao sistema ferroviário e a península de Itapagipe, com a construção da Avenida Jequitaia, atual Frederico Pontes, sobre o lamaçal de Água de Meninos. A reforma urbana de Salvador foi mais consistente que as gentrificadoras e estetizantes, embora travestidas de higienista, do Rio de Janeiro (1906) e do Recife (1913). A nossa reforma teve como objetivo a melhoria da mobilidade, a expansão urbana e a integração do novo porto com a ferrovia.

As praias deixavam de ser o local solitário dos banhos medicinais ao alvorecer para se transformarem em locais de lazer e socialidade nas cidades litorâneas brasileiras e Fragoso foi seu principal incentivador em Salvador. (AZEVEDO, 2016) Não foi dele a negociação que resultou na demolição da igreja da Sé, em 1933, sete anos depois de sua morte. Pelo contrário, ele não permitiu sua demolição, que constava do projeto de Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, nem foi dele o alargamento aleatório de muitas ruas, entre 1938 e 1942, na administração do prefeito Durval Neves da Rocha.

Salvador era uma cidade colonial, até o final do século XIX, com casarões e sobrados escuros nos bairros da Sé, São Pedro e Comércio, e ruas e praças sem arborização. O neoclássico da Missão Francesa praticamente não chegou à Bahia, nem trazia grandes inovações construtivas e sanitárias, senão maior rigor geométrico nos projetos. Sintomaticamente, os edifícios em que funcionou a Academia de Letras da Bahia – as antigas Assembleia Legislativa e Biblioteca Pública do Estado, a casa na Avenida Sete de Setembro nº 1370, o sobrado no Terreiro de Jesus, a nova sede do IGHB na Piedade, onde foram realizadas algumas sessões, e o Palacete Góes Calmon – são desse estilo modernizante difundido pelo fundador da Academia Letras da Bahia. Se Arlindo Fragoso não foi o introdutor do ecletismo arquitetônico na cidade, foi ele quem modernizou Salvador, no início do século XX, mudando a sua cara.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. A influência italiana na modernidade baiana: o caráter público, urbano e monumental da arquitetura de Filinto Santoro. 19820, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, out. 2007. Disponível em: <www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_fs_vnaji.htm>. Acesso em: 15 maio 2017
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *A alfândega e o mercado*, memória e restauração. Salvador: Seplanteq, 1985
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A arquitetura e o urbanismo da nova burguesia baiana, In: JORDAN, Katia Praga De Villa Catharino a Museu Rodin Bahia, um palacete baiano e sua história, 1912-2006. Salvador: Solisluna, 2006, p. 58-81.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Mergulhando na praia para desvendar seus segredos. In: AZEVEDO, Thales de. *A Praia, espaço de socialidade*. Salvador: Edufba, 2016.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Revendo Arlindo Fragoso. *A Tarde*, Salvador, 18 jun. 2017.
- BOAVENTURA, Edivaldo. *O Solar Góes Calmon*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2004.
- CALAZANS, José. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época, 1912-1952*. Salvador: Museu Eugenio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1991.
- COSTA, Caiuby Alves da. *Arlindo Fragoso, o construtor de futuros*. Salvador: Assembleia Legislativa, 2015.
- FLETCHER, Banister. *A history of architecture, on the comparative method*, 4th. ed. London: B.T. Batsford Ltd., 1948.
- FRAGOSO, Arlindo. *O Espírito...dos Outros*, crônicas modernas (história, arte e crítica). Salvador: Edufba, 2015. Ed. fac-similar da publicação de 1917.
- GODOFREDO FILHO. A Influência do Eclétismo na Arquitetura Baiana. *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 15-27, 1984.
- GORDILHO, Osvaldo. *200 anos da família Gordilho*. Salvador: Ed. do autor, 1993.
- MONUMENTOS do município de Salvador. 2. ed. Coordenado por Paulo Ormindo de Azevedo. Salvador: Coordenação de Fomento ao Turismo, 1984. (IPAC-BA: inventário de proteção do acervo cultural da Bahia, 2).
- PEREIRA, Manuel Passos, *História do bairro de Nazaré – uma experiência participativa*. Salvador: FUNCEB, 1994.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 1999.
- PINHEIRO, Eloisa Petti. *Europa, França e Bahia*, difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: Edufba, 2002.
- ROCHA, Carlos Eduardo da. *Azulejaria da Casa Góes Calmon*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1993.
- SÁ, Salma Dias Almeida. Pasquale de Chirico, o romantismo e neoclássico em suas esculturas a partir de uma análise formal, estilística e iconográfica. *Revista de Arte OHUN*, Salvador, n. 5, Disponível em: <www.revistaohun.ufba.br/pdf/salma.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*. Salvador da Bahia no século XIX. Salvador: Odebrecht, 2005.
- SENNA, Francisco. Apresentação. In: FRAGOSO, Arlindo. *O Espírito...dos Outros*, crônicas modernas (história, arte e crítica). Salvador: Edufba, 2015. Edição fac similar.
- SOLAR CUNHA GUEDES. Disponível em: <www.solarcunhaguedes.com.br>. Acesso em: 15 maio 2017.